


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **4001701-25.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 05/08/2014 16:12:53 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

IMOBILIÁRIA ALCOBAÇA LTDA propõe ação condenatória em obrigação de fazer contra NEIVA DE OLIVEIRA CARBONI e RENATO MATEUS CARBONI pedindo seja(m) condenado(a)(s) a registrar(em) o título aquisitivo do imóvel descrito na inicial, para que o referido bem seja efetivamente transferido ao domínio da(s) parte(s) ré(s), livrando-se a parte autora dos ônus decorrentes de permanecer em seu nome.

A(s) parte(s) ré(s) foi(or)am citada(s) e não contestou(aram).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

O pedido deve ser acolhido. Há entre as partes instrumento particular (art. 108, CC) de compra e venda de imóvel, incumbindo à(s) parte(s) ré(s) o registro no CRI, providência necessária para concretizar a transferência da propriedade e também para excluir a vinculação do vendedor com o bem, omissão que acarreta consequências para este, a exemplo de continuar figurando como titular do domínio e de responsável por encargos tributários perante o Município, podendo sofrer a cobrança administrativa e judicial. O registro do contrato particular de venda e compra constitui obrigação dos compradores, tal qual o registro de uma escritura pública semelhante.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo procedente o pedido e CONDENO a(s) parte(s) ré(s) a promover(em) o registro do contrato de compra e venda do imóvel perante o CRI,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

no prazo de 03 (três) meses, sob pena de multa diária de R\$ 100,00; CONDENO-A(S), ainda, nas custas e despesas processuais, e honorários advocatícios arbitrados, por equidade, em R\$ 500,00.

A(s) parte(s) ré(s) reputa(m)-ser intimada(s) desta com a simples publicação em cartório, sendo desnecessária a intimação pessoal pois, nos termos do art. 322 do CPC: "contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório".

Transitada em julgado, expeça-se mandado (Súm. 410, STJ) de intimação da(s) parte(s) ré(s) ao cumprimento da obrigação de fazer no prazo estabelecido, sob pena de incorrer(em) na multa diária imposta.

P.R.I.

São Carlos, 06 de agosto de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA